

CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A.

1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A.
- CNPJ/MF: 03.356.967/0001-07
- Atividades: a construção, operação e exploração, mediante concessão de uso de bem público, da Usina Hidrelétrica Campos Novos, bem como do respectivo Sistema de Transmissão Associado.

Características da Emissão

- Emissão: 1ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 14/12/2010
- Data de Vencimento: 15/12/2025
- Banco Escriturador: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Banco Mandatário: Itaú Unibanco S.A.
- Código Cetip/ISIN: CNEN11/ BRCNENDBS001
- Coordenador Líder: Banco Itaú BBA S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures foram utilizados para o pré-pagamento de dívidas da Emissora, no valor aproximado de R\$ 110.000.000,00.
- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, sem garantias nem preferências, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.
- Repactuação Programada*: a Emissão está sujeita à repactuação programada das características das Debêntures, nas datas de 15/12/2014 e 15/12/2017.

*Redação em conformidade com o 3º. Aditamento à Escritura de Emissão.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve alterações estatutárias no período.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- Atividade Principal: 35.11-5-01 - Geração de energia elétrica;
- Situação da Empresa: ativa;
- Natureza do Controle Acionário: privado;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- Liquidez Geral: de 0,81 em 2015 para 1,31 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 1,10 em 2015 para 2,06 em 2016;
- Liquidez Seca: de 1,10 em 2015 para 2,06 em 2016;
- Giro do Ativo: de 0,33 em 2015 para 0,35 em 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou uma redução de Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 37,6% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Capital Próprio também apresentou redução de 37,1% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao

Patrimônio Líquido apresentou redução de 19,6% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Exigível a Longo Prazo uma redução de 25,9% de 2015 para 2016 e uma variação negativa de 27,3% de 2015 para 2016 no índice de endividamento.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 1.000.000,00
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 1,25% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

15/03/2016 – R\$ 16.950,000000

15/06/2016 – R\$ 16.950,000000

15/09/2016 – R\$ 16.950,000000

15/12/2016 – R\$ 16.950,000000

Juros:

15/03/2016 – R\$ 24.154,420895

15/06/2016 – R\$ 24.330,523599

15/09/2016 – R\$ 24.473,330659

15/12/2016 – R\$ 22.438,402126

- **POSIÇÃO DO ATIVO:**

Quantidade em circulação: 110

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 110

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **Resgate:** não houve;

- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não houve;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. **Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso:** (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. **Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora:** (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. **Relação dos bens e valores entregues à sua administração:** (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. **Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão:** (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros elencados cláusula 4.14.1, item “XX” da Escritura de Emissão.

ICSD - BNDES	Índice de Cobertura	jan-16	fev-16	mar-16	abr-16	mai-16	jun-16	Índice de Cobertura	jul-16	ago-16	set-16	out-16	nov-16	dez-16
Caixa do Início do Período	112.387							176.274						
Receita Bruta	299.628	52.022	48.389	48.086	48.836	53.823	48.472	310.325	52.415	52.485	47.996	53.524	51.029	52.876
Impostos s/ Receita (ICMS)	-1.250	-255	-243	-250	-253	-249	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas Operacionais	-74.179	-10.054	-17.305	-15.890	-9.746	-11.371	-9.812	-64.592	-9.997	-11.060	-10.278	-10.520	-10.865	-11.872
Despesas Administrativas	-2.774	-304	-285	-700	-459	-604	-421	-3.554	-361	-602	-485	-1.437	-280	-389
PIS	-3.059	-545	-507	-483	-490	-520	-514	-3.378	-570	-570	-534	-577	-554	-573
COFINS	-14.099	-2.510	-2.338	-2.226	-2.259	-2.395	-2.370	-15.568	-2.627	-2.628	-2.460	-2.658	-2.554	-2.640
Dividendo / JCP	-35.879	0	0	0	0	0	-35.879	-0	0	0	0	0	0	-0
Imposto de Renda / Contribuição Social	-55.846	-10.642	-7.782	-5.258	-10.103	-10.912	-11.147	-64.244	-11.673	-10.287	-10.296	-11.279	-10.432	-10.277
Receita Financeira Líquida	16.486	2.217	2.473	3.687	2.505	2.099	3.505	18.354	2.434	2.538	3.683	2.965	2.892	3.842
Aporte de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Varição do Caixa Acumulado No Período T	63.887							112.681						
Varição da Conta Reserva Período T	-2.009							-2.095						
	0							0						
SUBTOTAL (I)	303.296							464.204						
Juros A serem Pagos ao BNDES no Período T	-16.539	-2.040	-1.988	-4.452	-1.864	-1.814	-4.382	-14.488	-1.647	-1.650	-4.299	-1.601	-1.462	-3.829
Amortização do Principal Período T	-42.255	-6.469	-6.470	-8.269	-6.390	-6.395	-8.262	-42.016	-6.355	-6.348	-8.252	-6.367	-6.425	-8.269
SUBTOTAL (II)	-58.794							-56.504						
ICSD	5,24							7,87						

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente**

fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1
Balanço patrimonial
Em milhares de reais

Ativo	2016	2015
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	288.958	112.388
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 9)	103.692	166.648
Impostos e contribuições a recuperar	632	623
Despesas pagas antecipadamente (Nota 10)	12.509	12.425
Outros créditos	88	49
	<u>405.875</u>	<u>292.133</u>
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicações Financeiras vinculadas (Nota 8)	39.474	34.830
Despesas pagas antecipadamente (Nota 10)	29.899	41.859
Depósitos judiciais (Nota 16)	58.518	53.647
IRPJ e CSLL diferidos	11.222	34.437
Outros créditos	11.217	7.192
	<u>150.330</u>	<u>171.765</u>
Investimentos	85	85
Imobilizado (Nota 11)	1.053.880	1.111.031
Intangível	10.829	11.479
Diferido	91	1.190
	<u>1.215.215</u>	<u>1.295.550</u>
Total do ativo	<u><u>1.621.090</u></u>	<u><u>1.587.683</u></u>

Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante		
Fornecedores (Nota 12)	1.971	72.683
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	79.725	78.830
Debêntures (Nota 14)	7.834	7.895
Salários, provisões e contribuições sociais	575	636
Impostos e contribuições a recolher (Nota 15)	13.864	30.010
Uso do bem público (UBP)	1.499	1.338
Encargos setoriais	7.178	9.900
Dividendos propostos a pagar	84.115	63.430
	<u>198.761</u>	<u>264.722</u>
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	93.848	173.541
Debêntures (Nota 14)	59.372	66.794
Uso do bem público (UBP)	26.254	24.759
Encargos setoriais	16.794	13.560
Provisões para litígios (Nota 16)	33.017	30.662
	<u>229.085</u>	<u>309.316</u>
Total do passivo	<u>425.846</u>	<u>574.038</u>
Patrimônio líquido (Nota 17)		
Capital social	388.787	388.787
Reserva de lucros	806.457	624.858
Total do patrimônio líquido	<u>1.195.244</u>	<u>1.013.645</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.621.090</u>	<u>1.587.683</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

**Demonstração do resultado do exercício
em 31 de dezembro de**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016	2015
Receita operacional líquida (Nota 18)	572.800	529.997
Custos dos serviços de energia elétrica		
Compensação financeira pela utilização de recursos	(28.578)	(31.832)
Energia elétrica comprada para revenda e encargos	(87.253)	(146.213)
Depreciação e amortização	(58.681)	(58.652)
Amortização - UBP	(576)	(576)
Crédito de PIS e COFINS sobre imobilizado	2.136	2.160
Taxa de fiscalização	(2.270)	(2.038)
Pesquisa e desenvolvimento	(5.364)	(4.906)
	(180.586)	(242.057)
Lucro operacional bruto	392.014	287.940
Despesas operacionais		
Pessoal	(4.732)	(4.572)
Material	(1.054)	(834)
Serviços de terceiros	(11.444)	(8.867)
Seguros	(649)	(453)
Outras despesas	(3.606)	(3.687)
	(21.485)	(18.413)
Outros resultados operacionais		
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos	60	(16)
Resultado do serviço	370.589	269.527
Resultado financeiro (Nota 20)		
Receitas financeiras	34.779	15.274
Despesas financeiras	(51.850)	(46.770)
Variações cambiais, líquidas	4.733	(11.287)
	(12.338)	(42.783)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Campos Novos Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Campos Novos Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Campos Novos Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção para a Nota 9 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações, uma vez que as vendas de energia são integralmente compartilhadas entre os acionistas da Companhia, de acordo com sua participação no capital social, ou a terceiros por eles indicados. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

está em desacordo com as disposições da Lei das Sociedades Anônimas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

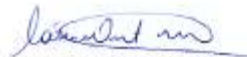
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 17 de janeiro de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" SC


Cáren Henriete Macolin
Contador CRC PR-038429/O-3 "S" SC